

PROJETO FALA SÉRIO! UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE OS ASPECTOS EDUCACIONAIS DAS ESCOLAS MÉDICAS NO BRASIL E A IMPORTÂNCIA DO ENSINO SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL AOS FUTUROS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Lana Gabrielle Marreiros Santos¹

Luiz Gabriel Manini Minto²

Thalita Duarte de Souza³

Mitchelly Glalik Alves⁴

Allyssandra Maria Lima Rodrigues Maia⁵

RESUMO: A promoção da saúde sexual está na pauta do exercício cotidiano da medicina. Nesse sentido, o debate sobre a inclusão da sexualidade nos currículos das escolas médicas permanece um tema atual em publicações mundiais sobre o ensino médico. No que diz respeito à formação dos profissionais de saúde, a oferta da temática sexualidade mostra-se limitada nos cenários nacional e internacional. Em países diversos, a educação sexual nos cursos de graduação em Medicina mostrou-se pautada em um modelo organicista, heteronormativo e cisgênero. Esse modelo promove uma visão reducionista da sexualidade por meio do viés reprodutivo e patológico, além de produzir um ambiente favorável à naturalização da discriminação por gênero e por orientação sexual. Por essa perspectiva, a análise da atual conjuntura no cenário brasileiro sobre a educação médica e a carência de assuntos relacionados à sexualidade no seu sentido mais amplo na grade curricular das universidades, evidencia a importância de trabalhar tal temática. Dessa maneira, a revisão bibliográfica deste artigo tem como finalidade precípua analisar o contexto hodierno sobre as principais práticas acadêmicas sobre a sexualidade nas escolas médicas do Brasil.

Palavras-chave: Educação Sexual; Escolas Médicas; Sexualidade.

¹ Discente em Medicina na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Extensionista do Projeto Fala Sério!. E-mail: lanamarreiros@hotmail.com;

² Discente em Medicina na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Extensionista do Projeto Fala Sério!. E-mail: luizminto@alu.uern.br;

³ Discente em Medicina na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Extensionista do Projeto Fala Sério!. E-mail: thalitaduarte02@hotmail.com;

⁴ Discente em Medicina na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Extensionista do Projeto Fala Sério!. E-mail: mi_glalik@hotmail.com;

⁵ Doutora em Ciência Animal e Professora do curso de Medicina da Faculdade de Ciências da Saúde/UERN. Orientadora do Programa de Extensão do Comitê Local da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PECLUERN). E-mail: allyssandramr@hotmail.com.

SERIOUS TALK PROJECT! A BIBLIOGRAPHIC REVIEW ON THE EDUCATIONAL ASPECTS OF MEDICAL SCHOOLS IN BRAZIL AND THE IMPORTANCE OF EDUCATION ON SEXUAL EDUCATION TO FUTURE HEALTH PROFESSIONALS

ABSTRACT: The promotion of sexual health is on the agenda of the daily exercise of medicine. In this sense, the debate on the inclusion of sexuality in medical school curricula remains a current topic in worldwide publications on medical education. With regard to the training of health professionals, the offer of sexuality is limited in national and international scenarios. In several countries, sexual education in undergraduate medical courses has been based on an organic, heteronormative and cisgender model. This model promotes a reductionist view of sexuality through reproductive and pathological bias, in addition to producing an environment favorable to the naturalization of discrimination by gender and sexual orientation. From this perspective, the analysis of the current situation in the Brazilian scenario on medical education and the lack of issues related to sexuality in its broadest sense in the curriculum of universities, shows the importance of working on this theme. In this way, the bibliographic review of this article has as main purpose to analyze the current context about the main academic practices on sexuality in medical schools in Brazil.

Keywords: Sexual education; Medical Schools; Sexuality.

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade, concebida como experiência que envolve aspectos físicos, psíquicos, sociais e relacionais, constitui um importante pilar da saúde do ser humano. Além de sua influência na qualidade de vida do indivíduo e em suas relações interpessoais, as crescentes demandas sociais e políticas de certos grupos que se organizam em torno dessa questão indicam a necessidade de que o campo da saúde desenvolva novas formas de compreensão e atuação em relação a esse tema (RUFINO; MADERO et al., 2015). Desse modo, é habitual que estudantes e profissionais que se dedicam ao cuidado em saúde se mostrem embaraçados diante de demandas relacionadas à esfera sexual de seus pacientes.

Vale ressaltar também que o aspecto multidimensional da saúde sexual e sua relação com direitos e justiça social é enfatizado há décadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Associação Mundial para a Saúde Sexual (WAS). Essas entidades afirmam que a promoção da saúde sexual envolve a implementação de ações que contemplem toda a abrangência da sexualidade

humana. Dessa forma, devem ser incluídos nas ações de promoção da saúde sexual desde aspectos de prevenção e tratamento de problemas sexuais, como também a valorização dos direitos sexuais, que incluem prazer, igualdade de gênero e acesso à educação sexual (World Association For Sexual Health, 2008).

Todavia, no Brasil, a formação dos estudantes de medicina para a assistência integral em saúde sexual é pouco conhecida. Há escassez de estudos empíricos sobre o ensino da sexualidade humana nos currículos médicos, com desconhecimento a respeito de como a sexualidade é ensinada, quais conteúdos são trabalhados e como são ofertados. Além disso, há, com frequência, a valorização dos aspectos biológicos em detrimento daqueles relacionados à construção social da sexualidade humana e sua associação com a saúde. Muitas vezes, os estudantes são treinados apenas para coletar a história sexual dos pacientes, mas não desenvolvem habilidades para o atendimento que promova a saúde sexual.

Observa-se, por conseguinte, que, em geral, o tema da sexualidade nos cursos de medicina tende a ser tratado pontualmente, de forma fragmentada, priorizando a matriz biológica dos corpos e sem articulação com outros campos do saber. Essa abordagem contribui para reforçar preconceitos que têm, em sua esteira, a crença em entidades dicotômicas, naturalizadas e predefinidas (Shindel et al., 2016). Tais constatações se tornam especialmente preocupantes quando lidas no contexto das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina (Câmara de Educação Superior) para elaboração dos currículos médicos. Estas, embora não sejam claras na forma como se deve abordar o tema, preconizam uma formação que contemple as diversidades de gêneros, de orientações sexuais e demais aspectos que singularizam cada pessoa ou grupo social. Há, portanto, um descompasso entre o ideal e a prática que merece ser mais bem investigado.

Conforme explicitado, é inequívoco como a deficiência de uma grade curricular com o foco no ser biopsicossocial poder implicar negativamente na formação dos futuros profissionais de saúde. Diante disso, a sexualidade, no contexto acadêmico, deve ser pauta de discussão e ser inserida como forma de preparar os acadêmicos de medicina para as futuras situações que são pertinentes ao âmbito médico-hospitalar, seja para o atendimento de minorias, como mulheres

ou público LGBT, seja para compreender os meandros e tabus sexuais que regem boa parte da população, a exemplos dos adolescentes.

2 DESENVOLVIMENTO

Como um dos grandes assuntos da atualidade, a sexualidade tem sido debatida em seus múltiplos aspectos por diversos segmentos sociais. As novas compreensões acerca do tema mostram o valor desse assunto como de suma importância para o crescimento individual e social de um indivíduo, bem como sua própria saúde (VAL et al., 2019).

Assim como a sexualidade, o cuidar, ato de destaque dentro da profissão médica, também teve sua compreensão ampliada nos últimos tempos. Desde 1946 até hoje, entende-se o cuidar da saúde como algo que transcende o físico, envolvendo, também o psicológico e o ambiente de convívio do indivíduo, bem como outras esferas (OMS, 1946). Contudo, o ensino médico mostra-se defasado diante dessa vigorosa expansão do conceito de saúde, necessitando de uma adaptação curricular para as novas e reais necessidades de saúde da população, mais adequadas ao contexto do século XXI (RAIMONDI; MOREIRA; BARROS, 2019 apud FRANK et al., 2010).

Pesquisas realizadas por Rufino, Madeiro e Girão (2014) com diversos professores de Escolas Médicas Brasileiras apontou que a sexualidade e a educação sexual são discutidas parcialmente durante disciplinas clínicas, principalmente as que envolvem Ginecologia e Obstetrícia. Nesse sentido, a conclusão final do estudo apontou que a sexualidade dentro do currículo médico das faculdades é pouco abordada, sendo essa discussão feita apenas diante de assuntos pontuais, como abuso sexual e violência contra a mulher.

Desde 2004 o tema da sexualidade foi incluído na lista de debates do sistema público de atendimento, o SUS. A 12ª Conferência Nacional de Saúde é uma das maiores concretizações dessa introdução da sexualidade no conceito da saúde, pois trouxe propostas para propor políticas de equidade para a população, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e promover a saúde (BRASIL, 2004). Em 2008, entraram também para o debate, a identidade de gênero e a orientação afetivo-sexual, à luz da 13ª Conferência Nacional de Saúde. Entretanto, ainda existe a necessidade de sensibilização de profissionais da saúde para o atendimento não

discriminatório da população LGBT, visto que este é um dos aspectos mais abordados nas diretrizes e metas que orientam os procedimentos de saúde voltados para esse segmento da população (MELLO; AVELLAR; MAROJA, 2012).

Embora muito já tenha sido conquistado, com tentativas de mudanças no currículo médico e criação de políticas nacionais de atendimento a essas populações em vulnerabilidade, muitos desafios ainda se mostram presentes. Em 2017, Guimarães et al. realizou uma pesquisa qualitativa que avaliou, dentre outros aspectos, a percepção de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) acerca dos atendimentos da população LGBT, por meio de entrevistas semiestruturadas. Ficou evidenciado que houve negação de sexismos e de barreiras, mas, em análise hermenêutica das falas, perceberam-se preconceitos encarnados nas subjetividades e desconhecimento de conceitos básicos sobre a equidade de saúde.

A introdução e a sistematização de políticas públicas de atendimento à população LGBT é um processo gradual e paradoxal de avanços e desafios. Contudo, ainda existe, por parte da classe médica, um preconceito histórico para com esse segmento social. Moretti-Pires et al. (2019) realizaram uma pesquisa para avaliar o preconceito contra a diversidade sexual em Faculdades Federais de Medicina da Região Sul. Ficou evidenciado demonstrações preconceituosas por 25% do corpo docente. Também foi apontado dados semelhantes em pesquisas dos anos 1980, em que Universidades da Califórnia mostraram-se hesitantes em aceitar alunos LGBT de alta qualificação em suas escolas médicas.

Medeiros et al., 2014, discorrem sobre os benefícios e os impactos da introdução da disciplina de Saúde Reprodutiva na gama de componentes curriculares do curso de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a qual é ofertada desde 2006. Os alunos que cursaram a disciplina tiveram desempenho significativamente superior em temas como direitos humanos, sexuais e reprodutivos, sexualidade, violência institucional, violência sexual, aborto/interrupção legal e DSTs - HIV.

Diante de todos os fatos apresentados, este presente artigo tem por objetivo analisar a atual situação da grade curricular médica nacional e sua necessidade em abordar a temática da educação sexual na formação de profissionais da saúde, bem

como a percepção de estudantes de medicina acerca do tema para uma maior democratização da saúde brasileira em todos os seus aspectos.

3 METODOLOGIA

Este estudo foi realizado na forma de revisão sistemática de literatura, utilizando-se como fonte artigos acerca da temática abordada disponíveis em endereços de Base de Dados online (Science Direct, MEDLINE, LILACS e SciELO), publicados no período dos últimos 10 (dez) anos. Os critérios de inclusão dos artigos a serem utilizados no estudo foram: relação com o tema importância da educação sexual no ensino médico, publicações disponibilizadas na íntegra, além de estudos nacionais. Ao passo em que os critérios de exclusão utilizados foram artigos não relacionados à temática, duplicados, a impossibilidade de aquisição do artigo na íntegra e publicações que estejam fora do período estabelecido. Segundo Mendes et al., (2008), tal formato de estudo possibilita a composição de múltiplas teses publicadas e, desta forma, viabiliza conclusões gerais a respeito de uma esfera do conhecimento pesquisado.

Posteriormente, a partir dos artigos pré-selecionados, os resumos destes foram analisados pelos autores, em seguida os artigos foram lidos e estudados na íntegra, a fim de confirmar a pertinência destes para a pesquisa realizada. Finalmente, foram analisadas e identificadas as informações provenientes da leitura dos artigos, além da inclusão de dados para análise e discussão no trabalho executado, seguindo os critérios metodológicos deste tipo de estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos artigos selecionados, analisaram-se os aspectos da abordagem do ensino sobre sexualidade nas escolas médicas e verificou-se a necessidade de ações que englobam a abordagem da sexualidade como um todo, não somente na vertente biológica se dá por diversos fatores, como afirma MORETTI-PIRES et al., (2019), estudos presentes em seu trabalho afirmam que um quarto dos estudantes de medicina são preconceituosos para com as pessoas LGBT. Seu trabalho reitera que nos serviços de saúde, pessoas transexuais ainda enfrentam o despreparo de profissionais acerca de direitos básicos como o direito ao nome social, reconhecimento da identidade de gênero, além de dificuldade de

acesso, que influenciam diretamente na garantia da qualidade de sua saúde. A literatura aponta que existe uma defasagem nos currículos médicos frente à pouca importância dada à saúde de indivíduos LGBT reincidento sobre a questão da perpetuação do preconceito, uma vez que a desconstrução do mesmo não é estimulada no meio acadêmico.

Dessa forma, é notório que o trabalho de promoção de saúde com os alunos, deve almejar desenvolver capacidade dos futuros profissionais de atuar de maneira comprometida e consciente para a melhoria da qualidade de vida da população, mediante sua postura para com a mesma, principalmente para as pessoas em situação de vulnerabilidade, e por isso, a oferta da construção das concepções sobre a sexualidade deve estar apoiada na aquisição de conhecimentos, no estímulo para reflexão e mudança de atitudes diante dessas questões (RUFINO, 2013).

COSTA et al., (2019) afirmam que os acadêmicos demonstraram frequentemente manifestações de desconhecimento ou de dificuldade no tratamento do tema, especialmente no que se refere à definição de conceitos básicos. Ele também reitera que os participantes confirmam a complexidade da temática da sexualidade, uma vez que sua abordagem vai muito além dos termos biológicos e científicos, pois há o envolvimento de diversas formas de expressão advindas do desenvolvimento único da pessoa baseado em seus aspectos biopsicossociais. Os alunos envolvidos nesta pesquisa afirmaram que as diferentes formas de educação e sensibilização abordadas foram uma oportunidade de desconstrução de preconceitos relativos à diversidade sexual.

No mesmo sentido, RUFINO et al., (2017) confirma que as práticas pedagógicas centradas no estudante, oferecidas aos acadêmicos de medicina do Piauí por meio de cursos de extensão, propiciaram um ambiente acolhedor que propicia a exposição dos preceitos individuais que geram discussões acerca das reais dúvidas desses alunos e dessa forma propiciou a desconstrução de dúvidas e a aquisição de conhecimentos e habilidades para a assistência. Segundo esse trabalho, o comentário final compartilhado por um estudante com o grupo foi de que o curso propiciou sua capacitação diante de situações que envolvem sexualidade e gênero, dessa forma comprovando a importância da abordagem desse assunto.

Após a criação do componente curricular eletivo denominado Saúde Reprodutiva, na UFRN, MEDEIROS et al., (2014) avaliaram os resultados observados do desenvolvimento de habilidades cognitivas dos alunos que participaram dessa disciplina e compararam com os que não participaram e constataram que os alunos que cursaram o esse componente curricular tiveram desempenho superior em temas como DHSR, sexualidade, violência institucional, violência sexual, aborto/interrupção legal e DSTs – HIV. Evidenciando a importância dessa abordagem e constatando que os alunos teriam mais oportunidades de obter conhecimentos e incorporar conceitos sobre questões significativas de modo que se possa garantir o melhor desempenho pelos profissionais no acolhimento e atenção à saúde. Os comentários dos estudantes evidenciaram os resultados da sensibilização e da oferta de conhecimentos para a assistência em saúde sexual.

A necessidade de ações que englobam a abordagem da sexualidade como um todo, não somente na vertente biológica se dá por diversos fatores, como afirmam MORETTI-PIRES et al., (2019) estudos presentes em seu trabalho mostram que um quarto dos estudantes de medicina são preconceituosos para com as pessoas LGBT. Seu trabalho reitera que nos serviços de saúde, pessoas transexuais ainda enfrentam o despreparo de profissionais acerca de direitos básicos como o direito ao nome social, reconhecimento da identidade de gênero, além de dificuldade de acesso, que influenciam diretamente na garantia da qualidade de sua saúde. A literatura aponta que existe uma defasagem nos currículos médicos frente à pouca importância dada à saúde de indivíduos LGBT reincidindo sobre a questão da perpetuação do preconceito, uma vez que a desconstrução do mesmo não é estimulada no meio acadêmico.

Diante desse panorama, o trabalho desenvolvido por um projeto de extensão tem permitido a ligação entre a universidade e o meio social em que ela está inserida, servindo como um elo entre os acadêmicos e a sociedade. Assim, o projeto de extensão Fala Sério!, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), através de atividades lúdicas em uma escola estadual de Mossoró/RN, objetiva aproximar os extensionistas, os quais são acadêmicos de medicina, da realidade que não se observa no meio acadêmico, trabalhando habilidades que serão fundamentais para consolidar a formação desses futuros profissionais

médicos, como exemplificado nas Figuras 1, 2 e 3. Desse modo, o objetivo de consolidar habilidades que não são fomentadas nas salas de aula é alcançado por meio da extensão, através de capacitações sobre temas relacionados à sexualidade e a aplicação desse conhecimento adquirido nas ações desenvolvidas pelo projeto, conseguindo trabalhar questões de gênero, combate ao preconceito e respeito às diferenças de forma satisfatória.

Figura 1: Caixas de dúvidas, 2019.



Fonte: Autores da atividade, 2019.

Figura 2: Dinâmica com alunos, 2019.



Fonte: Autores da atividade, 2019.

Figura 3: Interação entre alunos e extensionistas, 2019.



Fonte: Autores da atividade, 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consoante o exposto, é indubitável a importância da educação sexual nas escolas médicas, visando sempre o esclarecimento dos acadêmicos no que diz respeito à questão da discriminação por gênero e por orientação sexual presentes nos consultórios e na própria dinâmica da prática médica. Além disso, a temática da sexualidade na área da saúde, a qual adota um modelo organicista, heteronormativo e cisgênero, abre novos horizontes e discussões acerca do assunto, visto a mudança de paradigma que se observa na sociedade atual.

Nesse sentido, a visão organicista e reducionista da sexualidade, a utilização de cenários de prática pouco diversificados, a pequena abordagem de aspectos socioculturais e, ainda, a falta de interdisciplinaridade na oferta do tema representaram aspectos negativos do ensino médico brasileiro. Portanto, pela importância e impacto da sexualidade na saúde geral dos indivíduos associada à demanda de profissionais capacitados para a promoção da saúde sexual da população, este tema merece maior destaque na formação médica.

Conclui-se que diversas doenças relacionadas a muitas especialidades médicas têm impacto direto sobre a função sexual das pessoas. Dessa forma, propiciar aos alunos uma formação que valorize os múltiplos aspectos da sexualidade humana ajudará a preparar profissionais sensíveis à temática e, possivelmente, mais preparados para trabalhar na interdisciplinaridade para a promoção integral da saúde sexual da população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Relatório Final da 12ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Relatório Final da 13ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008.

Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 3/2014**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1587

4-rces003-14&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 fev. 2020.

GUIMARÃES, Rita de Cássia Passos, *et al.* **Assistência à saúde da população LGBT em uma capital brasileira: o que dizem os Agentes Comunitários de Saúde?**. Tempus, actas de saúde colet, Brasília, p. 121-139, mar. 2017.

MARTINS CBG, Souza SPS. **Adolescente e Sexualidade: as possibilidades de um projeto de extensão na busca de uma adolescência saudável.** av.enferm., XXXI (1): 170-176, 2013.

DE MEDEIROS, Robinson Dias *et al.* **Impacto da inserção da temática saúde sexual e reprodutiva na graduação de Medicina.** Rev. Bras. Ginecol. Obstet., Rio de Janeiro, v. 36 (3), p. 107-112, mar. 2014.

MELLO, Luiz; DE AVELAR, Rezende Bruno; MAROJA, Daniela. **Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil.** Revista Sociedade e Estado, v. 27(2), p. 289-312, ago. 2012.

MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio, *et al.* **Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero entre Estudantes de Medicina de 1º ao 8º Semestre de um Curso da Região Sul do Brasil.** Rev. bras. educ. med., Brasília, v. 43, p. 568-578, 13 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)**, 1946.

RAIMONDI, Gustavo Antonio; MOREIRA, Claudio; DE BARROS, Nelson Filice. **Gêneros e sexualidades na educação médica: entre o currículo oculto e a integralidade do cuidado.** Saúde Soc., São Paulo, v. 28, p. 198-209, 7 out. 2019.

RENA L. **Sexualidade e adolescência. As oficinas como prática pedagógica.** Belo Horizonte: Autêntica (Coleção Trajetória); 2001.p.246.

RUFINO, A. C., MADEIRO, A., & GIRÃO, M. J. B. C. (2014). **Sexuality Education in Brazilian Medical Schools.** The Journal of Sexual Medicine, v. 11(5), p. 1110–1117, 2014.

SHINDEL AW, BAAZEEM A, EARDLEY I, COLEMAN E. **Sexual Health in Undergraduate Medical Education: Existing and Future Needs and Platforms.** J Sex Med 2016;13(7)1013-26.

VAL, Alexandre Costa, *et al.* **“Nunca Me Falaram sobre Isso!”: o Ensino das Sexualidades na Perspectiva de Estudantes de uma Escola Federal de Medicina.** Rev. bras. educ. med., Brasília, v. 43, p. 108-118, 13 jan. 2020.

WORLD ASSOCIATION FOR SEXUAL HEALTH. **Sexual Health for the Millennium: a declaration and technical document**, USA: World Association for Sexual Health; 2008. Disponível em:
[http://www.worldsexology.org/sites/default/files/Millennium%20Declaration%20\(English\).pdf](http://www.worldsexology.org/sites/default/files/Millennium%20Declaration%20(English).pdf). Acesso em: 15 fev. 2020.